

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras;**

**Meus Senhores,**

Dentro de poucos dias, o ano de 2005 vai terminar. Como tem sido habitual, por esta altura o Banco de Moçambique convida os seus parceiros do sistema financeiro, representantes das associações económicas e do sindicato dos trabalhadores bancários, para fazer um primeiro balanço do ano que termina e apresentar as suas perspectivas para o novo ano económico e financeiro. Quero, em meu nome pessoal e do Conselho de Administração do Banco de Moçambique, agradecer a vossa presença nesta cerimónia.

Permitam-nos antes de mais, aproveitar esta ocasião para felicitar o Governo pelo facto de muito recentemente ter conseguido formalizar o acordo que reverte para o País o empreendimento hidroeléctrico de Cahora Bassa, assim como o lançamento das primeiras pedras que marcam o início da construção de importantes obras públicas, nomeadamente, as pontes sobre os rios Zambeze, que assegurará a ligação rodoviária entre o centro e o norte do País, Rovuma, já apelidada de ponte da unidade e Limpopo. Com estes empreendimentos espera-se um grande efeito multiplicador sobre a actividade económica global do País nos próximos anos.

Ainda nesta esteira, saudamos a decisão do Conselho de Administração do FMI de incluir Moçambique na lista dos primeiros 19 Países que se qualificaram para a iniciativa de perdão da dívida externa multilateral. Esta decisão, cuja materialização está prevista para 2006, representa mais um gesto de confiança da comunidade internacional no País e um desafio adicional para todos nós com vista a redução da pobreza absoluta.

*Programa  
económico  
para 2005*

Quando nos reunimos em finais de Dezembro de 2004, fizemos o balanço do exercício económico-financeiro daquele ano e anunciámos que as principais metas para o exercício económico de 2005, consistiam no crescimento económico de 8%, numa inflação de um dígito e num nível de reservas internacionais capazes de cobrir cerca de cinco meses de importações de bens e serviços não factoriais. Os nossos objectivos intermédios eram de uma expansão monetária não superior a 14% e um crescimento do crédito à economia de 16%.

Na cerimónia de 2004, testemunhámos a assinatura, pelos operadores, do Código de Conduta do Mercado Cambial Interbancário (MCI). Este foi um passo necessário ao aprofundamento e modernização do funcionamento do nosso mercado cambial, implementado em Janeiro.

Contrariamente ao que ocorreu nos últimos três anos, em que o Dólar se apresentou enfraquecido no mercado internacional, contribuindo deste modo para a estabilidade cambial na generalidade dos Países que utilizam esta moeda nas suas transacções, em 2005, o fortalecimento do Dólar foi acompanhado pela alta do preço do petróleo no mercado internacional, dois fenómenos que condicionaram a conjuntura económica de pequenas economias abertas e totalmente dependentes de importações deste produto.

*Conjuntura  
Económica  
Internacional  
em 2005*

De recordar que, o preço do barril do petróleo atingiu em Agosto o pico histórico de USD 70, equivalente a um aumento nominal de 70% face a Dezembro de 2004. Depois de Setembro, o preço regrediu para a fasquia de USD 58 Dólares o barril, o que mesmo assim, representa uma variação nominal elevada, quando comparada com os preços de final de 2004, cenário de base para as projecções que fizemos para 2005.

O aumento do preço do petróleo no mercado internacional alterou o comportamento da inflação à escala mundial, tendo a generalidade dos Países procedido a revisões neste indicador. Nos EUA, a inflação anual atingiu 4.7% em Setembro, levando o Federal Reserve a ajustar em alta a taxa de juro, por nove vezes, para o actual nível de 4.25%; na Zona Euro, as estimativas apontam para uma

inflação superior a 2%, tendo o BCE subido a sua taxa de juro para 2.25%, o que já não acontecia há três anos; no Japão, depois de sucessivos anos de deflação, as autoridades prevêem para este ano uma situação de inflação.

Nos Países da SADC, os critérios de convergência definem que a taxa de inflação anual deverá, até 2008. Segundo projecções para 2005, este objectivo será mais facilmente atingindo somente pela África do Sul.

## Minhas Senhoras

## Meus Senhores

*Desempenho  
Económico e  
Financeiro  
Interno em  
2005*

Em 2005, o nosso mercado cambial registou perturbações nos meses de Abril, Maio, Outubro e na primeira quinzena de Novembro. Tal exigiu a introdução de medidas correctivas no funcionamento dos mercados interbancários, complementadas pela aprovação e entrada em vigor de novos normativos, por uma maior oferta de divisas e acções de persuasão moral, que incluíram encontros de auscultação com os bancos comerciais, casas de câmbio, associações económicas e órgãos de comunicação social. Este conjunto de acções permitiu tranquilizar o mercado, dissipar falsos rumores e repôr a confiança no funcionamento do MCI.

O ano de 2005 vai encerrar com resultados bem mais animadores do que há poucos meses esperávamos. Com efeito, a taxa de câmbio que em meados de Novembro atingiu 29,435 Meticais por Dólar, desacelerou para menos de 24,000 Meticais.

Informações preliminares que têm por base dados de Junho de 2005, indicam que a produção interna poderá crescer acima dos 7%, o que representará um acréscimo em relação ao inicialmente programado. Diferentemente de 2004, em que a contribuição dos grandes projectos foi determinante para o desempenho global (peso de 10% na produção total e responsável por 56% do crescimento global), no presente ano, o aumento da produção está a ser sustentada pela dinâmica de outros sectores de actividade, que cresceram 7.3%, contra 1.3% na produção do alumínio.

A inflação mensal de 2.8% registada em Novembro, a mais alta desde 2001, torna a nossa previsão de uma inflação a um dígito para 2005, dificilmente concretizável, mas esperamos que ela não se afaste muito deste nível, se houver alguma moderação dos preços nos dias que restam até o final deste mês. Os choques exógenos que a nossa economia sofreu, repercutiram-se negativamente no comportamento do índice geral de preços ao consumidor da Cidade de Maputo. Com desagrado, voltamos a observar em 2005, um comportamento atípico dos preços nos três últimos meses do ano, com os preços dos bens alimentares a subirem mais do que o normal, representado cerca de 50% da inflação de todo o ano.

Como temos vindo a referir, por alturas da quadra festiva, os agentes económicos deveriam maximizar os seus ganhos por via das quantidades vendidas e não pelo aumento dos preços, que só vem criar perturbações nas famílias moçambicanas e no indicador de inflação.

Ao longo do ano, o agravamento do IPC é explicado pelo efeito do aumento dos preços dos combustíveis, da seca e impacto da inflação importada que a depreciação do Metical produz. A apreciação do Metical ocorrida em 2004 gerou uma forte propensão por importações, em detrimento das exportações. Sendo a nossa balança de pagamentos estruturalmente deficitária e dependente da ajuda externa, a reposição dos ganhos de competitividade externa, exigiu do mercado uma correcção e alinhamento na taxa de câmbio do Metical, em 2005.

Dados reportados a Novembro, indicam que o agregado monetário designado M2, expandiu na linha do programa (16%). O financiamento bancário global interno a economia aumentou, em termos acumulados, em 26%. Registamos também uma queda de 3.5 pontos percentuais nas taxas de juro

médias activas e a redução do montante de crédito *mal-parado* saneado que alguns bancos vêm levando a cabo. Até Outubro o valor total da carteira saneada foi de 407.2 mdc, contra 934.6 mdc em 2003 e 1063.8 mdc em 2004, o que revela melhoria na qualidade da carteira de empréstimos dos bancos.

Contribuiu para o aumento do volume de financiamento ao sector privado, uma maior cobertura de serviços financeiros à escala nacional, ditada pela entrada de novos operadores e novos produtos, que permitem uma melhoria no acesso ao crédito.

Mais ainda, o sector privado da economia beneficiou também de USD 117 milhões de financiamento externo, até Setembro, o que se mostra importante para o investimento, geração de emprego e para a actividade económica no geral.

Tendo em vista acautelar as instituições de crédito, os mutuários e os agentes económicos em geral, publicamos em 2005, dispositivos normativos que se prestam à prevenção do risco cambial, lavagem de dinheiro e melhoria da organização dos processos envolvendo as operações cambiais.

Nos primeiros nove meses do ano, a posição externa do País medida pela Conta Corrente agravou-se em 2.2%, comparativamente ao período homólogo de 2004, em face de um aumento mais acentuado das importações comparativamente as exportações. Até Setembro, o País importou bens no valor total de 1,597 milhões de Dólares, tendo exportado 1,254 milhões, incluindo os grandes projectos. Se excluirmos os grandes projectos, as exportações situaram-se em 332.7 milhões de Dólares (26.5% do valor total), contra importações de 1,371 milhões. Este panorama fez com que a taxa de cobertura das importações por exportações reduzisse em 2.4 pontos percentuais, para 78.6%.

A pressão do lado da procura de divisas no mercado cambial levou a um desgaste de reservas internacionais liquidas da ordem dos 40 milhões de Dólares, mas o seu saldo está em linha com o objectivo final de acumulação de reservas suficientes para cobrir 4.7 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

## Minhas Senhoras

### Meus senhores

As reformas do sistema financeiro moçambicano ganharam maior ímpeto com a aprovação em 1990, do programa designado Linhas Gerais para a Reforma do Sistema Financeiro, que assentava em três pilares principais:

*Reformas do  
Sistema  
Financeiro*

- (i) Transformar e fortalecer o Banco de Moçambique
- (ii) Reforçar a transparência em todas as actividades do Banco Central
- (iii) Criar uma supervisão bancária à altura dos desenvolvimentos do mercado financeiro.

Volvidos 15 anos de trabalho continuo nesta direcção, constatamos que muito foi feito, mesmo tendo a consciência do muito por realizar e consolidar.

#### ***i) No que se refere a transformação e fortalecimento do Banco de Moçambique***

Quando o Governo aprovou Decreto 2/75, tinha uma perspectiva clara do papel fulcral do Banco de Moçambique na economia nacional. A transformação do BM para assumir as missões exclusivas de Banco Central, tornou necessário rever a Lei Orgânica do Banco, através da aprovação da Lei 1/92, que representou um marco importante na nossa actividade e no sistema financeiro moçambicano, em geral. Tal levou à separação institucional das funções comercial e central, passando o Banco de

Moçambique a dedicar-se, em exclusivo, as missões de autoridade monetária, cambial e de supervisor do sistema financeiro.

O objectivo de estabilidade interna e externa da moeda nacional que a nossa Lei Orgânica consagra, passou a ser mais claramente direccionado ao controlo da inflação.

Foi grande o esforço que o Banco realizou tendo em vista criar modelos explicativos de inflação, da procura de moeda e modelos de previsão dos factores de variação da liquidez do sistema, extremamente úteis para calibrar as nossas intervenções no mercado.

Estas ferramentas estão hoje disponíveis e prosseguimos o trabalho de aperfeiçoamento constante, assim como a elevação técnico-profissional dos nossos colaboradores, com o apoio dos nossos parceiros internacionais.

A estrutura orgânica do Banco veio a ser racionalizada com vista a adequá-la à prática corrente nos bancos centrais da SADC e permitir maior eficácia na circulação da informação e no processo de tomada e implementação de decisões.

## ***ii) No que se refere ao reforço da transparência nas actividades do Banco Central***

A tempestividade e credibilidade da informação disponibilizada é desde logo um factor de sucesso para uma maior eficácia dos sinais de política emitidos pelo Banco Central. Neste período, criámos uma infra-estrutura de informação monetária e financeira que hoje é recolhida, processada e disseminada numa frequência diária como resultado do significativo investimento em meios de informação e soluções informáticas que temos vindo a realizar. Tal permite que o mercado, analistas, académicos e o público em geral, tenha acesso em tempo real, a informações vitais necessárias para a tomada de diversas decisões, assim como acompanhar e avaliar o grau de implementação das medidas de política monetária que implementamos.

A qualidade das estatísticas monetárias, financeiras e da balança de pagamentos que hoje produzimos, contribuiu para que o País fosse admitido, em 2003, no sistema de disseminação de dados do FMI, vulgo GDDS, o que torna a nossa informação mais comparável com a dos demais Países. Para além de informação estatística, oferecemos ao público diversa informação analítica, sob forma de edições regulares que o Banco produz e dissemina, cada vez mais, em suporte electrónico, através da página que possuímos na internet.

As contas de exercício e os relatórios de actividades do Banco de Moçambique são anualmente publicados, após rigorosa avaliação e fiscalização pelo Gabinete de Auditoria Interna, Conselho de Auditoria e por empresas de auditoria externa que contratamos, seguindo os padrões internacionalmente estabelecidos. As mudanças introduzidas no quadro de transparência e modernização do Banco de Moçambique, permitem hoje saber, em tempo real, a situação financeira da instituição e as contas da autoridade monetária, elemento crucial para o monitoramento e tomada de decisões pelo Comité de Política Monetária e Cambial.

Com efeito, a transparência é hoje um acervo e uma meta que procuramos preservar, alargar e melhorar, a bem do reforço do nosso papel no mercado e na economia.

Neste percurso, temos também procurado envolver todas as instituições que operam ao abrigo da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a promover uma rotina de maior transparência e disciplina na sua actividade. É neste contexto que se enquadram as normas que emitimos sobre a obrigatoriedade de divulgação pública dos seus relatórios e contas, auditadas por entidades independentes.

### ***iii) No que se refere a criação de uma Supervisão Bancária à altura dos desenvolvimentos do mercado financeiro***

A abertura da economia moçambicana à iniciativa privada, levou a que novos capitais, nacionais e estrangeiros, acessem ao nosso sistema bancário, aumentando deste modo o leque de instituições existentes e a sua diversificação.

A separação de funções dentro do Banco de Moçambique e a alteração do perfil do nosso sistema bancário através da sofisticação dos produtos financeiros que o mesmo oferece, exigiu, desde logo, a criação no Banco Central, de uma unidade de supervisão. Em 1994, quando criámos o Departamento de Supervisão Bancária, este contava com apenas 4 técnicos, número que evoluiu para os actuais 47 analistas, cada vez melhor habilitados a desempenhar as inspecções *on* e *off-site*.

Em paralelo ao reforço do quadro técnico, empreendemos várias acções orientadas a fortalecer a supervisão bancária, com destaque para as seguintes:

- Formação contínua dos técnicos, no País e no exterior;
- Institucionalização de um sistema de inspecções que leva em conta a classificação de cada instituição que opera no nosso mercado;
- Introdução de novas metodologias e reportes para as inspecções às instituições, tendo um sistema de monitoramento permanente das medidas correctivas que recomendamos;
- Revisão de diversa legislação, com destaque para a Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e respectivo regulamento, que acomoda a actividade de novos operadores e a criação de novos produtos e serviços financeiros;
- Actualização e reforço dos rácios e limites prudenciais, processo que pela sua natureza vem sendo implementado de forma dinâmica e progressiva, em consonância com a evolução do sistema financeiro, dos objectivos programáticos do Governo e as práticas internacionais sobre a matéria.
- Desenvolvimento e entrada em produtivo de uma aplicação informática especializada à actividade de supervisão bancária, que pela sua qualidade foi adoptada pela generalidade dos bancos centrais da SADC.

O trabalho que realizamos nesta direcção permitiu que o nosso sistema seja hoje mais sólido e preparado para absorver os diversos riscos que a actividade financeira acarreta. Só para citar alguns exemplos, o rácio do crédito mal-parado baixou de 23.4% em 2001 para os actuais 4.6%, enquanto o rácio de solvabilidade cresceu de 5.5% para 16.7% no mesmo período, contra um mínimo exigido de 8%, segundo os termos da convenção de Basileia I ou 12% nos termos de Basileia II.

### ***Minhas Senhoras***

### ***Meus Senhores***

Os progressos que aqui resumimos constituem somente sinais que nos encorajam a prosseguir o nosso esforço concertado. Estamos cientes dos enormes desafios que se nos esperam para que sejamos um Banco Central à altura dos imperativos da convergência na região da SADC e no continente africano.

*Desafios  
Futuros*

Vamos continuar a aperfeiçoar a forma como realizamos a política monetária, melhorando os aspectos de comunicação e transparência. Neste âmbito, temos previsto reformular o funcionamento

do nosso Comité de Política Monetária e Cambial, adequando-o aos padrões internacionais. Este processo passará por um ajustamento no seu conteúdo analítico, formato, periodicidade e forma como comunicamos as deliberações que este órgão toma.

Vamos colocar em produtivo a aplicação informática que desenvolvemos para apoio e suporte da actividade estatística em regime on-line com os bancos e outros prestadores de informação, o que vai permitir que nos concentremos, cada vez, na análise da informação e na avaliação do impacto das medidas que tomamos. Para o seu sucesso, convidamos as nossas fontes de informação a trabalhar nesta direcção, fornecendo-nos em tempo oportuno as suas informações. Aos nossos utilizadores, aqui fica o convite de permanente interacção, com comentários e sugestões que muito nos ajudam a melhorar.

Temos que reforçar a nossa capacidade de previsão e modelação para os riscos e incertezas da conjuntura económico-financeira sejam minimizados, com melhores resultados sob ponto de vista de eficácia das nossas políticas. Aliás, está já em curso um programa desta natureza, com o apoio e assistência técnica dos nossos parceiros, que prevê acções nos domínios do modelo *core inflation* para fins de política monetária, a adopção da base monetária como variável instrumental e contínua melhoria do modelo de previsão de factores de variação da liquidez do sistema, que também envolverá o Ministério das Finanças.

Permitam-me que saliente, uma vez mais, que o principal objectivo da nossa política monetária e cambial é o de garantir uma inflação baixa e estável. Este objectivo está em consonância com a política do Governo de combater a pobreza absoluta no País. Só com uma inflação baixa permite preservar o poder de compra das famílias com menores rendimentos.

A introdução do mecanismo de taxas de câmbio multilaterais e o leilão de divisas enquadra-se no objectivo de calibrar as nossas intervenções no mercado, através dos leilões de títulos e de divisas, para, por esta via, controlarmos a base monetária.

Gostaria de salientar que o MCI extravaza a prática dos leilões de divisas. Para além destes, que deverão conhecer novos desenvolvimentos, tais como, a assumpção de tomada firme (*bid e offer*), iremos regular o quadro das intervenções que têm em vista alinhar a taxa de câmbio, tendo como âncora implícita, a paridade de poder de compra (PPC) da nossa moeda em relação às moedas dos nossos parceiros. Estas mudanças exigem uma actualização contínua das habilidades técnico-profissionais do nosso *staff*. Esta será a postura que procuraremos manter para atingir os objectivos finais de inflação e reservas internacionais.

## Minhas Senhoras

## Meus Senhores

*Perspectivas  
para 2006*

A política monetária em 2006 continuará a ser desenhada de forma a contribuir para os objectivos de política macroeconómica definidos pelo Governo, que prevêem um crescimento económico de 7.9% e uma inflação de 7%. Os nossos objectivos intermédios são de uma expansão monetária (agregado M2) de 14.5% e um crescimento do crédito à economia compatível com o crescimento do PIB nominal.

A nossa missão de supervisores do sistema continuará a exigir vigilância adequada aos indicadores de solidez e estabilidade do sistema financeiro, tendo em conta o calendário que estabelecemos para a gradual transição aos princípios e boas práticas previstos no IAS e IFRS.

Continuaremos a trabalhar com o Governo e com o sector privado, em acções que estimulem uma maior expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais, onde o grau de intermediação financeira ainda se mantém bastante reduzido.

Em face da aprovação pela Assembleia da República da Lei nº 7/2005, sobre a Taxa de Conversão do Metical para o Metical da nova família, o Banco de Moçambique, em coordenação com outras instituições, vai priorizar nas suas acções para 2006, a sua implementação. Gostaria de apelar a colaboração de toda a sociedade neste esforço, participando nas campanhas de educação cívica, cujo lançamento formal irá decorrer no dia 28 de Dezembro, altura em que daremos os detalhes sobre esta matéria.

## **Minhas Senhoras**

## **Meus Senhores**

Queremos expressar o nosso profundo reconhecimento ao apoio que a comunidade internacional continua a prestar ao nosso País, fornecendo-nos os recursos financeiros indispensáveis ao plano de combate a pobreza absoluta definido pelo Governo.

Permitam-me que aproveite esta ocasião para agradecer com ênfase os agentes económicos e a sociedade em geral que continuam a acreditar e a apoiar as nossas políticas, como um contributo ao desenvolvimento económico e social do País.

Por último quero agradecer aos trabalhadores do Banco de Moçambique e por vosso intermédio a todos os trabalhadores do nosso sistema financeiro, pela dedicação e empenho demonstrados ao longo do ano.

A todos desejo, Festas Felizes e um Ano Novo próspero junto das vossas famílias.

Muito Obrigado.

Maputo, 23 de Dezembro de 2005